

Direcção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 18375/2010

Recrutamento de 5 (cinco) Técnicos Superiores por mobilidade interna de duração indeterminada para o Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

O Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça pretende recrutar, por mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), 5 (cinco) técnicos superiores, sendo 2 (dois) para a área funcional da Unidade de Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional, 2 (dois) para a área funcional da Unidade de Justiça Penal e 1 (um) para a área funcional da Unidade de Cooperação Internacional.

A) Caracterização da oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade interna pelo período de dezoito meses (artigo 63.º da LVCR).

Carreira e categoria: Técnico Superior.

Grau de complexidade: 3.

Remuneração: artigo 62.º da LVCR.

Caracterização dos postos de trabalho: 5 (cinco) postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, de acordo com o conteúdo definido no anexo à LVCR e com a seguinte caracterização:

Referência 1 — (2 postos de trabalho) área funcional: Unidade de Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional.

Atribuições /competências/ actividades a exercer conforme o mapa de pessoal aprovado — assegurar a representação e negociação jurídica internacional, elaboração de informações e pareceres jurídicos, preparação de elementos técnico-jurídicos de apoio à decisão e recolha de informação de carácter técnico na área da justiça civil, cidadania com uma componente internacional, apoio à tomada de posições do Ministério no âmbito do contencioso internacional do Estado.

Referência 2 — (2 postos de trabalho) área funcional: Unidade de Justiça Penal.

Atribuições /competências/ actividades a exercer conforme o mapa de pessoal aprovado — assegurar a representação e negociação jurídica internacional, elaboração de informações e pareceres jurídicos, preparação de elementos técnico-jurídicos de apoio à decisão e recolha de informação de carácter técnico na área da justiça penal com uma componente internacional.

Referência 3 — (1 postos de trabalho) área funcional: Unidade de Cooperação Internacional.

Atribuições /competências/ actividades a exercer conforme o mapa de pessoal aprovado — assegurar a representação em reuniões nacionais e internacionais, assegurar a negociação jurídica internacional, elaboração de informações e pareceres jurídicos, assegurar a articulação com entidades nacionais e internacionais envolvidas na cooperação para o desenvolvimento, preparação, negociação e acompanhamento de Programas de Cooperação e recolha de informação de carácter técnico na área da cooperação internacional.

B) Requisitos de Admissão:

Relação jurídica: relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Habilitação literária: Licenciatura.

Descrição da habilitação literária:

Referências 1, 2 e 3 — Licenciatura em Direito.

C) Local de trabalho:

Instalações da Direcção-Geral da Política de Justiça, sita na Av. Óscar Monteiro Torres, n.º 39, 1000-216 Lisboa.

D) Formação Profissional:

Os candidatos devem possuir:

Experiência profissional em áreas similares às que caracterizam os postos de trabalho em oferta nomeadamente, a título exemplificativo: para a Referência 1, bons conhecimentos de Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direito Civil (Obrigações, Família e Sucessões); Referência 2, bons conhecimentos de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Comunitário e Direito Internacional Público; Referência 3, Direito Internacional Público.

Bons conhecimentos de inglês falado e escrito e conhecimentos de qualquer outra língua estrangeira, em especial de francês e espanhol.

E) Método de selecção:

Avaliação curricular complementada com Entrevista (apenas serão convocados para a realização de entrevista os candidatos seleccionados na avaliação curricular e que reúnam os requisitos de admissão).

F) Formalização da Candidatura:

A candidatura deve ser formalizada no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso, através de requerimento dirigido à Directora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, acompanhado de *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, certificado de habilitações literárias e declaração emitida pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a carreira em que se encontra inserido, com identificação da Referência do posto de trabalho a que se candidata, devendo ser entregue ou remetida pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para a seguinte morada: Av. Óscar Monteiro Torres n.º 39, 1000-216 Lisboa.

21 de Julho de 2010. — A Directora-Geral da Política de Justiça, do Ministério da Justiça, *Rita Faden*.

203684831

Despacho (extracto) n.º 14510/2010

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

Vitor Hugo Camacho Teixeira, assistente técnico — aposentado com efeitos a partir de 1 de Maio de 2010;

Joaquim Augusto Pinheiro Correia, técnico superior — aposentado com efeitos a partir de 1 de Maio de 2010.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 1 de Setembro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
203685074

Despacho (extracto) n.º 14511/2010

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, após conclusão com aproveitamento da 10.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública realizada no ano de 2009-2010, foi seleccionado o Licenciado Eurico Tomé de Medeiros do Canto Pedrosa, por reunir as qualificações, competências e capacidades julgadas necessárias e suficientes para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho a ocupar, celebrando-se para o efeito contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal desta Direcção-Geral, na carreira geral de Técnico Superior, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao 15.º nível remuneratório, da respectiva tabela remuneratória, com efeitos a partir de 2 de Agosto de 2010. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 1 de Setembro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
203685114

Despacho (extracto) n.º 14512/2010

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, precedendo procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, aberto por Aviso n.º 13005/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 23 de Julho de 2009, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de Técnico Superior, com a Licenciada Maria Emília Rosa Mourão, para a Divisão de Estatísticas da Justiça, com a remuneração correspondente à 3.ª posição remuneratória e ao 19.º nível remuneratório, da respectiva tabela remuneratória, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 1 de Setembro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
203685155

Despacho (extracto) n.º 14513/2010

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, após conclusão com aproveitamento da 10.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública realizada no ano de 2009-2010, foi seleccionada a Licenciada Nélia Maria Candeias Silva, por reunir as qualificações, competências e capacidades julgadas necessárias e suficientes para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho a ocupar, celebrando-se para o efeito contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal desta Direcção-Geral, na carreira geral de Técnico Superior, com a remuneração correspondente

à 2.ª posição remuneratória e ao 15.º nível remuneratório, da respectiva tabela remuneratória, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 1 de Setembro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
203685147

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 14514/2010

Certificado de reconhecimento de qualificação de reparador e instalador de tacógrafos n.º 101.25.10.6.015

Ao abrigo do artigo 8.º n.º 1c) do Decreto-Lei n.º 291/90 de 20 de Setembro e do artigo 4.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 272/89 de 19 de Agosto e para os efeitos do n.º 18 da Portaria n.º 625/86 de 25 de Outubro, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 962/90 de 9 de Outubro e das disposições da Portaria n.º 299/86 de 20 de Junho, é reconhecida a qualificação à empresa:

Miguel Marques Alves, Sociedade Unipessoal, L.ª
Zona Industrial de Castelo Branco, Lote 79
6000-459 Castelo Branco

na qualidade de reparador e instalador de tacógrafos, estando autorizado a realizar as 1.ª e 2.ª fases da Primeira Verificação e as Verificações Periódicas Bial e Sexenal e a colocar a respectiva marca própria, em anexo, e os símbolos do controlo metrológico, nos locais de selagem previstos nos respectivos esquemas constantes dos processos arquivados no Instituto Português da Qualidade.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

É revogado o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.09.6.032, da empresa Miguel Marques Alves, Sociedade Unipessoal, L.ª, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 26 de Outubro de 2009.

Instituto Português da Qualidade, em 20 de Agosto de 2010. — *J. Marques dos Santos*, presidente do Conselho Directivo.



303647563

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Aviso n.º 18376/2010

1 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com a alínea *d*) do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificam-se os candidatos do procedimento concursal comum para o preenchimento de dezasseis postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IFAP, IP, aberto pelo Aviso n.º 5761/2010, publicado no DR n.º 55, 2.ª série, de 19 de Março de 2010, com a Ref.º 2/CAD, para querendo, se pronunciarem, no prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação deste Aviso no *Diário da República*, sobre a respectiva lista de candidatos admitidos e excluídos.

2 — Mais se informa que a lista em apreço se encontra disponível para consulta nas instalações deste Instituto sitas na Rua Fernando Curado Ribeiro no 4-G 1649-034 em Lisboa, bem como na sua página electrónica: <http://www.ifap.min-agricultura.pt>

3 — O direito de participação dos interessados poderá ser efectuado, de acordo com o n.º 25.º do Aviso de Abertura.

4 — O processo poderá ser consultado das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 16h00 na morada acima referida.

Lisboa, 13 de Setembro de 2010. — A Presidente do Conselho Directivo, *Ana Isabel Caeiro Paulino*.

203684442

Aviso n.º 18377/2010

1 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com a alínea *d*) do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificam-se os candidatos do procedimento concursal comum para o preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IFAP, I. P., aberto pelo Aviso n.º 5761/2010, publicado no DR n.º 55, 2.ª série, de 19 de Março de 2010 com a Ref.º 4/CAD, para querendo, se pronunciarem, no prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação deste Aviso no *Diário da República*, sobre a respectiva lista de candidatos admitidos e excluídos.

2 — Mais se informa que a lista em apreço se encontra disponível para consulta nas instalações deste Instituto sitas na Rua Fernando Curado Ribeiro no 4-G 1649-034 em Lisboa, bem como na sua página electrónica: <http://www.ifap.min-agricultura.pt>

3 — O direito de participação dos interessados poderá ser efectuado, de acordo com o n.º 25.º do Aviso de Abertura.

4 — O processo poderá ser consultado das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 16h00 na morada acima referida.

Lisboa, 13 de Setembro de 2010. — A Presidente do Conselho Directivo, *Ana Isabel Caeiro Paulino*.

203684507

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Despacho n.º 14515/2010

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de Junho em conjugação com os n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 1421/2006, de 21 de Dezembro, a Presidente do Conselho Directivo do INRB, I. P., estabelece a seguinte classificação das zonas de produção de moluscos bivalves vivos:

Classificação de zonas costeiras de produção de moluscos bivalves

Região	Capitania	Zona de produção	Zona de apanha/ cultivo	Espécie	Classe	Obs.
Algarve	Vila Real de Santo António Tavira	L9 Litoral Vila Real Santo António- Tavira	Todas as zonas	Todas as espécies	A	
	Olhão Faro	L8 Litoral Olhão-Faro	Todas as zonas	Todas as espécies	A	
	Portimão Lagos	L7 Litoral Portimão-Lagos	Todas as zonas	Todas as espécies	A	